

# HISTÓRIA LOCAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL\*

Joana Neves \*\*

## RESUMO

Neste trabalho procura-se estabelecer a relação entre a construção da identidade social e o conhecimento de história local, entendida tanto como objeto quanto como referência para o estudo da história. Esta relação é analisada no contexto da própria produção do conhecimento histórico, tendo em vista a ação de transformação que este conhecimento pode engendrar.

Para o desenvolvimento do tema proposto, foi, inicialmente, estabelecido o sentido dos termos empregados e, em seguida, discutida a questão da relação passado/presente no âmbito do processo de produção do conhecimento histórico.

Baseando-se no pensamento historiográfico de Carr e de Chesneaux, afirmou-se a importância da construção de um diálogo entre passado e presente de modo a se produzir um conhecimento histórico capaz de, não só possibilitar a compreensão do passado, mas, sobretudo, ensejar ações que representem intervenção cada vez mais coerente e consciente na realidade atual, por parte de agentes (sujeitos) que, por meio de suas ações, expressem sua identidade social.

## HISTÓRIA LOCAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL

Ao refletir sobre o tema proposto, três imagens da TV chamaram minha atenção: uma notícia e duas propagandas, uma delas enganosa.

\* Este texto serviu de base para palestra apresentada no SEMINÁRIO: Construção do Conhecimento e Ação Transformadora. Promoção: Tendência Socialista do Partido dos Trabalhadores - DS - PT/PB. 14 de março de 1997; Associação Paraibana de Imprensa - API - João Pessoa.

\*\* Professora Adjunto, aposentada, do DE/CCHLA/UFPB.  
Pesquisadora voluntária do NDIHR/UFPB.

A notícia, veiculada pelo Jornal Nacional/ rede Globo, apresentada pelo correspondente da emissora em Londres, William Waack, coincidentemente um dos meus mais brilhantes ex-alunos do colegial, mostrava a atitude intransigente de grupos de religiosos judeus contra os comerciantes que, desrespeitando o "sabat", mantinham abertos seus estabelecimentos após o entardecer da sexta-feira. As imagens mostravam agressão e violência. Em contrapartida, aqueles que seguiam o preceito tradicional tinham um selo de pureza afixado na porta.

As duas propagandas eram: a primeira, do "Bingão", na qual o irreverente e, para um certo tipo de senso de humor, considerado *engraçado*, Zé Lezin da Paraíba, aparecia "furando" a fila, constringendo os outros interessados em adquirir as cartelas. A outra, do PPB, ou Partido do Maluf, na qual uma voz em "off" informa o telespectador que o povo não quer mais saber de conversa, está cansado de política e o que quer é resultados; em seguida, uma bonita loira - profissional da publicidade - conhecida por aparecer em comerciais de creme de beleza, anuncia os "grandes feitos" de Paulo Maluf, na prefeitura de São Paulo; no final o próprio Maluf, de viva voz, reitera que o povo não quer conversa, nem política, quer resultados ... !

No decorrer da exposição, espero esclarecer como essas imagens se articulam com o tema.

## 1. UMA DEFINIÇÃO DOS TERMOS.

História local e identidade social. Duas expressões que demandam esclarecimentos: o que significam e como se articulam?

Evidentemente, por *história local* deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o processo histórico, a ciência da história e a historiografia, considerados da perspectiva de um determinado local. No entanto, atentando-se para o tema do Seminário - Construção do Conhecimento e ação transformadora - é de se supor que o que está sendo

considerado é o **conhecimento histórico**. Neste caso, história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como **objeto** do conhecimento e/ou o local como **referência** para o conhecimento.

*Identidade social*, por sua vez, implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como **sujeito** da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é, também, **objeto** da história (ciência).

Assim sendo, o que está em discussão nesta palestra, no contexto do tema do Seminário é a articulação entre o conhecimento da história local e a identidade social de seus agentes, que este conhecimento, a um só tempo, constrói e expressa.

## **2- HISTÓRIA: SUJEITO E CONHECIMENTO.**

Os diferentes sentidos da palavra história exigem, sempre, desdobramento nas definições, cada uma delas, por seu lado, gerando novos desdobramentos. Na dimensão do processo histórico, sujeito é quem faz a história, ou seja, é quem realiza ações; na dimensão da ciência da história, sujeito é quem **produz** o conhecimento. O conhecimento desvenda e fundamenta ações. Assim sendo, sujeito e conhecimento interagem para produzir ações, vale dizer, para produzir história. O reconhecimento desta interação cria e desenvolve identidade social.

A identidade social é, portanto, um atributo de sujeitos da história que se definem e se reconhecem na ação.

Eis, então, um primeiro aporte para o conhecimento histórico: desvendar a identidade social de sujeitos históricos que se revelam por meio de suas próprias ações. Esse desvendamento, por sua vez, norteará novas ações. Salvo, é claro, ( e isso não é muito raro em nossa sociedade) se a noção

de conhecimento histórico, empregada em sua realização, for esvaziada do próprio conteúdo da história.

### 3- O CONHECIMENTO HISTÓRICO COMO PRODUTO E SUPORTE PARA A AÇÃO.

#### 3.1- Relação passado/presente em História.

A reflexão sobre a interação entre conhecimento e ação em história se dá, primeiramente, a partir da análise da relação passado/presente no processo de construção do conhecimento histórico.

Essa relação é um dos temas mais recorrentes da teoria e da metodologia da história, tendo produzido um vasto conjunto de obras que dela se ocupam, especificamente ou no bojo da discussão geral sobre a ciência da história.

A colocação mais simples e sintética possível sobre esse aspecto - sem aprofundar a complexa questão da objetividade/subjectividade em história - é a que situa o conhecimento histórico como um diálogo entre o passado e o presente, no qual o primeiro está representado pelas ações (objeto de estudo) e o segundo pelos historiadores (sujeito do estudo). A ênfase em um dos dois termos se constitui num dos principais divisores entre as diferentes correntes historiográficas, que acabam por se distinguir, nem tanto pelo papel, na construção do conhecimento histórico, que elas atribuem a cada um deles mas, pelos efeitos disso na concepção do que seja a historicidade. Quanto mais predomina o passado, mais o conhecimento se afasta da ação; quanto mais predomina o presente, maior é a expectativa de que o conhecimento expresse e se expresse na ação.

Dois importantes historiadores, Edward Carr e Jean Chesneaux, representantes, respectivamente, da historiografia inglesa e da francesa, são de grande valia nessa discussão.

Carr, em sua obra "O que é a História?", encerrando uma longa e bem fundamentada discussão sobre a definição de



história: estudo dos fatos - portanto, centrada no passado- ou interpretação dos historiadores - portanto, centrada no presente - conclui:

*El historiador y los hechos de la historia se son mutuamente necesarios. Sin sus hechos, el historiador carece de raíces e es huero; y los hechos, sin el historiador, muertos e falsos de sentido. Mi primera contestación a la pregunta de qué es la Historia, será pues la siguiente: un proceso continuo de interacción entre el historiador y sus hechos, un diálogo sin fin entre el presente e el pasado. (Carr: 1969, p. 40).*

É bom observar, para posterior reflexão, que o autor menciona, na montagem do diálogo, o presente em primeiro lugar. Mais ainda, essa definição de Carr contesta uma longa tradição “científica” de predomínio de concepções que, ao definir história, enfatizam ou mesmo dão exclusividade ao passado. E ele cita, na obra já referida, para se contrapor, o historiador inglês H. Butterfield segundo o qual :

*“...el estudio del pasado com un ojo puesto, por decirlo así, en el presente, es la fuente de todos los pecados y sofismas en historia...Es la esencia de lo que designamos por la palabra 'ahistorico'.” (pg. 55)*

Chesneaux, por sua vez, é bem mais radical na definição de História (pelo menos de uma história que interessa a todos os seres dotados de uma identidade social) que faz prevalecer o presente, que, na sua colocação, não só é um dos termos da relação que produz o conhecimento histórico, mas sua própria razão de ser.

Para ele, “nosso conhecimento do passado é sempre tributário do mundo no qual vivemos”. Em sua argumentação, o autor destaca exemplos de estudos de história que “sublinham o papel fecundante e estimulante do presente”. E vai mais longe:

*Mas esse “contato perpétuo com o hoje”, como diz Marc Bloch, todavia, não chega ainda a inverter realmente a relação passado-presente. O título do capítulo de Bloch que acabou de ser*

citado é aliás "Compreender o passado pelo presente". Compreender o passado, isso se manteria então como o objetivo principal do historiador! O recurso ao presente seria apenas um truque de ofício, um fic pedagógico ou literário, um meio hábil de encontrar as boas pistas e também de tornar o passado "interessante", no máximo um traço de consciência profissional. "Se eu sei lhes falar desde logo das lutas nos guetos negros dos Estados Unidos", dizia uma historiadora prudente, "chegarei apesar de tudo a interessar meus estudantes em história da África no século XIX, a conduzi-los até onde eu quero(...)". Mas é preciso ir mais longe, é preciso romper em profundidade, é preciso afirmar como princípio o primado do presente sobre o passado. E os historiadores não gostam disso...

Não é suficiente, então, dizer como Daniel Guérin, e como Bloch antes dele, que o presente ajuda a compreender o passado - por mais útil que seja esse passo, por mais inabitual que ele seja para a maior parte dos historiadores (...)

É preciso, e isso confunde ainda mais nossos hábitos, tomar consciência do fato de que a reflexão histórica é regressiva, que ela normalmente funciona a partir do presente, na contracorrente do fluxo do tempo, e que essa é sua razão de ser fundamental. (Chesneaux:1995, p. 59, 60).

Esse primado do presente está estreitamente ligado à concepção segundo a qual o conhecimento histórico é sempre expressão de uma postura política. Ainda segundo Chesneaux:

Os fatos históricos são cognoscíveis (sic) cientificamente, mas essa exigência deve levar em conta seus caracteres específicos. Por um lado, os fatos históricos são contraditórios como o próprio decorrer da história; eles são percebidos diferentemente (porque diferentemente ocultos) segundo o tempo, o lugar, a classe, a ideologia. Por outro lado, escapam à experimentação direta por sua natureza passada; são suscetíveis apenas de aproximações progressivas, sempre mais próximas do real, nunca acabadas nem completas. A exigência de rigor científico, indispensável para proteger-se de mitos e fabulações, deve visar a "liberá-los" de tudo aquilo que os deforma e oculta: tornam-se mais precisos os conhecimentos, dá-se a eles uma substância sempre mais rica e objetiva. Tudo isso, longe de reclamar qualquer "objetividade" da parte do historiador, só pode se realizar através das exigências da luta política. (Chesneaux: 1995, p. 67).

O presente, portanto, direciona o estudo do passado. E, obviamente, o sentido desse direcionamento não diz respeito, apenas, a maior ou melhor conhecimento do passado. O que se espera, na perspectiva de Chesneaux, é aprofundar nosso domínio do presente, no sentido de conduzir nossas ações de modo a intervir no processo histórico de forma mais consciente e, sobretudo, comprometida politicamente. Reforçando suas próprias colocações, cita Victor Serge (Prefácio de “L’an 1 de la revolution”):

*A imparcialidade do historiador é apenas uma lenda destinada a afirmar convicções úteis. (...) O historiador é sempre “de seu tempo”, quer dizer, de sua classe social, de seu país, de seu meio político. Mas a única verdadeira parcialidade hoje compatível com o maior cuidado em relação à verdade é a do historiador proletário. Porque a classe operária é a única que tem tudo a ganhar, em todas as circunstâncias, com o conhecimento da verdade. As trapaças sociais servem sempre, servem ainda para enganá-la. Ela as refuta para vencer e vence refutando-as.* (Citado por Chesneaux: 1995, p. 67, 68).

A ênfase com que Chesneaux destaca o papel preponderante do presente na construção do conhecimento histórico resulta, sobretudo, do impacto que o Marxismo teve sobre a concepção de história (em todos os sentidos da palavra). A partir desse impacto, não de todo neutralizado pelos recentes rumos do processo histórico e da historiografia, a idéia de que o conhecimento histórico não é neutro e, de um modo ou de outro, está sempre ligado à ação política de seus agentes, tornou-se uma das mais sólidas vigas mestras da ciência da história.

A ligação, imprescindível, entre o conhecimento e a ação, em história, embasa todas as concepções que atribuem importância fundamental à história local, uma vez que ela é o espaço da ação, por definição. Essa consideração tanto vale para o passado como para o presente e fortalece a idéia de se ter o local como objeto e referência para o estudo da história.

No entanto, é preciso estar atento para equívocos e distorções que podem ocorrer da radicalização de posições como as que foram aqui colocadas.

O ensino de história em nosso país, particularmente a partir da década de 70 até meados dos anos 80, bem como a elaboração intelectual de alguns grupos de militância política, notadamente no interior dos Movimentos Estudantil, Docente e de trabalhadores, em geral - sob influência de várias acepções que se apresentavam como "marxistas" - foram seriamente atingidos por uma grande dose de superficialidade e de esvaziamento de conteúdos, decorrentes da idéia de que mais importante do que conhecer era agir.

Chegou-se ao ponto, em algumas situações-limites, de o conhecimento ser substituído por jargões e palavras-de ordem (frases de efeito) que, sem dúvida, mereceriam ser chamados de "ahistóricos", na expressão de Butterfield. A ação, neste caso, em vez de nortear a busca do conhecimento e de se municiar dele, passou a manipulá-lo, falseando-o. E, se é certo que é perfeitamente possível agir (no presente) sem qualquer conhecimento, é, também, certo que abandonar os recursos e aportes do conhecimento científico (do passado) não favorece em nada a construção de uma ação, principalmente se se pretende realizar transformações. Ignorar a história implica no risco de repetir os erros cometidos. Vá lá o jargão!

### 3.2 - Produção e transmissão do conhecimento em História.

As ambigüidades da relação passado/presente se apresentam, também, quando se trata da articulação entre a produção e a transmissão do conhecimento, ou, dito de outra forma, das relações entre pesquisa e ensino, ou ciência e educação, em História.

Para as visões tradicionais de História e de educação, de modo geral rotuladas como "positivistas", essa questão era resolvida por meio da separação entre as duas esferas: de um lado a pesquisa - espaço da produção do conhecimento - função



de especialistas, que tinham por ofício a ciência da história; de outro lado, o ensino/educação, que se ocupava da simples (mera) transmissão do conhecimento já produzido, tido como um trabalho secundário exercido por outros profissionais que não os pesquisadores: os “apenas” (ou meros) professores/educadores.

Nesse contexto, o historiador, embora partindo do presente e norteado/condicionado por suas posições na realidade contemporânea, tinha por obrigação fundamental ocupar-se do e desvendar o passado, podendo ou devendo tratá-lo de forma neutra, imparcial ... científica. O conhecimento - igualmente neutro, imparcial ... científico, assim produzido, poderia ser utilizado no ensino/educação, esta sim a esfera onde comprometimentos ideológicos com o presente poderiam impor rumos e objetivos alheios à imparcialidade da ciência, se bem que “fundamentados” por ela.

Os avanços, tanto da teoria e da metodologia da história como os das concepções de educação, inviabilizaram essa cômoda “divisão de tarefas”. Atualmente, tanto no campo da ciência, propriamente dita, como no da educação, a separação entre produção e transmissão do conhecimento deu lugar a uma profunda articulação que tem por princípio a indissociabilidade entre ambas. Disso decorre que todos os problemas da relação passado/presente são comuns a historiadores e professores/educadores.

No entanto, é óbvio que, para o campo da educação/ensino, a questão da relação entre o conhecimento e a ação é mais direta e imediata do que para o campo da ciência. De qualquer modo, o que pode ocorrer na esfera da transmissão é, tão somente, um aprofundamento da tensão existente entre o saber e o fazer, que está, consciente ou inconscientemente, presente na esfera da produção do conhecimento.

A transmissão do conhecimento precisa ser considerada, também, da perspectiva da divulgação feita pelos meios de comunicação de massa. Na verdade esse é, para a historiografia brasileira, um campo novo mas sumamente importante, uma vez que é nele que se processa o que se poderia chamar de

“vulgarização” do conhecimento, na sua acepção original de conhecimento estendido ao “vulgo”, ou seja às pessoas comuns, ao povo. Aqui, mais do que no ensino formal, a separação entre a produção científica do conhecimento e sua transmissão se acentua. Até porque, nesse campo, o referido conhecimento é, muitas vezes, apenas pretexto ou pano de fundo para obras nas quais a fantasia, a ficção são os componentes principais sem que, contudo, essas mesmas obras percam a força de impacto que têm junto ao público. Muito da imagem que se tem sobre o passado é devido mais ao cinema/TV, por exemplo, do que à escola e, muito menos, à historiografia. A criação de mitos e heróis tem, geralmente, essa fonte. E é, muitas vezes, a imagem formada por esses meios que orienta as ações populares.

#### **4 - O GERAL/UNIVERSAL E O PARTICULAR/LOCAL EM HISTÓRIA.**

##### **4.1- Vícios da História Geral.**

Da mesma forma que passado e presente são interligados na produção do conhecimento histórico, o geral e o local se articulam na construção da nossa visão da história. Cada local é sempre o recorte de uma realidade mais ampla que o contextualiza e aquilo que se entende por geral, é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mais amplos e abrangentes. O local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido.

A História Geral, porém, está afetada por vícios que dificultam, quando não inviabilizam, sua articulação com as realidades locais. São vícios muito conhecidos dos especialistas mas que passam despercebidos do “vulgo”. Os mais evidentes e denunciados, buscando-se para eles uma crítica conseqüente, são:

**universalismo:** a história entendida como uma, abrangente de todo o tempo e de toda a humanidade;

**eurocentrismo/ocidentalismo:** a história, uma e abrangente, considerada como extensão da história da Europa Ocidental, que imprimiria, assim, marcas, feições e caracteres em todas as realidades sociais, em todos os tempos e lugares. Mesmo o passado mais remoto e dos lugares mais distantes seria suscetível de receber essa marca, uma vez que seria considerado, tão somente, o precursor da universalidade européia;

**quatриpartismo:** a história universal, eurocêntrica, apresenta-se dividida em Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, segundo modelo e periodização franceses. Aos outros lugares compete enquadrar-se ou deixar de existir para a ciência da história;

**oficialismo:** para completar a uniformização universalista da história, ela é, também, apenas a história dos agentes do poder. Para os que estão fora do poder, a ocultação, o silêncio da história. Esse “vício” tem desdobramentos, por meio dos quais se popularizou: a história dos heróis (dos grandes homens), dos vencedores, dos dominantes. A força desse oficialismo tem sido tanta que obrigou importantes setores da historiografia a criarem quase uma nova especialidade: a história dos excluídos, dos vencidos, para se contrapor ou pelo menos preencher as lacunas da história oficial.

No entanto, a história geral é imprescindível para nossa identidade, que é sempre local. E aqui entra a notícia, referida no início. A religião sendo motivo de discriminação entre os judeus. Ora, uma boa parte da história, e um dos capítulos mais recorrentes da história da opressão do homem pelo homem, diz respeito à história da perseguição milenar sofrida pelos judeus. Só para ficar no exemplo do *sabat*, muitos judeus foram queimados pela Inquisição, na Europa e na América Ibérica, porque alguém teve a lembrança de denunciar ao oficial do Santo Ofício que eles tomavam banho no sábado: respeitavam o *sabat*... eram judaizantes!

Nós, historiadores, estudantes de história e/ou pessoas esclarecidas, em geral, nos habituamos com a condenação da Inquisição, que tem feito até a cúpula da Igreja Católica pedir perdão a suas mais ilustres vítimas. Estariam os judeus de hoje, teoricamente livres em seu país, a duras penas reconstituído, dizendo ao mundo que a religião justifica a repressão, a violência, a discriminação e, assim, estariam eles sugerindo que a Inquisição era legítima, que em nome da fé é justo matar?

Como se vê, a história geral, apesar de seus vícios, não é alheia ao cotidiano de cada um de nós.

#### 4.2 - Vicissitudes da história local

Os vícios da história geral têm sua contrapartida nas vicissitudes da história local:

**localismo/bairrismo:** para usar uma expressão popular, nossa terra é o umbigo do mundo; fora dela, o resto ... perfeitamente descartável. Concepções localistas/bairristas são, geralmente, base para processos de discriminação que tendem a encarar todos os “de fora” como “outros” aos quais a própria identidade social seria negada;

**personalismo:** versão doméstica da história oficial, dos grandes homens. Quantas obras, rotuladas de história locais, não são apenas listagem de cidadãos ilustres, nascidos naquele lugar (mesmo que daí tenham saído crianças e nunca mais retornado)? E o que dizer das histórias de municípios, que apenas fazem a cronologia das gestões administrativas e, de preferência, dos prefeitos do partido que está no poder?

**fragmentação:** consequência das vicissitudes anteriores, o local torna-se meramente um pedaço, desarticulado de um todo que mal se vislumbra, e, por isso, sem qualquer sentido;

**folclorização:** nosso local, único no mundo, é criador de tipos que formam a galeria daqueles por meio dos quais nos identificamos e nos apresentamos como seres originais, numa realidade geral e imperialista, que gostaria de sufocar nossa



personalidade. Assim o Zé Lezin é a nossa cara. Somos grosseiros e malcriados, e daí? Quem não gostar, que se mude!

No entanto, o local é nosso espaço de atuação. É onde fazemos história. Abrir mão de sua compreensão, para fugir das vicissitudes, é abdicar da possibilidade de imprimirmos sentido e consequência coerente às nossas ações.

## **5- A ARTICULAÇÃO LOCAL/GERAL NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL: DESAFIOS PARA A HISTÓRIA.**

A superação dos vícios e vicissitudes apontados, visando à construção de um conhecimento histórico que tenha por razão de ser ensinar a formação de uma identidade social, engendrador de ações conscientes e, principalmente, transformadoras, requer uma dupla centralidade no presente/atualidade e no local.

Para tanto, os modernos recursos da ciência histórica, tanto teóricos e metodológicos como técnicos, se prestam muito bem.

A história oral, as histórias de vida, a ampliação da noção de fontes, escapando-se do monopólio da documentação escrita e oficial, contribuem para que a pesquisa histórica possa ter no local/atual seu objeto e ponto de referência privilegiados. A história de onde se vive e se atua é, a um só tempo, a história de quem a faz e sente diretamente é o único ponto de referência possível para a compreensão das histórias mais distantes: de outros locais, ou da chamada história geral.

Aliás, a história local, nos seus diferentes recortes e modalidades, está muito em voga na historiografia atual. Tanto na brasileira como na de outros países. Para isso têm contribuído não só os aportes teóricos e metodológicos, mas, também, as condições profissionais concretas. Os diversos programas de pós graduação, exigindo trabalhos originais, fazem com que os historiadores se voltem para temas cujas fontes inéditas (primárias) são mais acessíveis; estas são, geralmente, as que

estão, ou podem ser produzidas, no próprio local de realização da pesquisa. Além disso, há a demanda de consumidores: estudantes, autoridades, os diferentes meios de comunicação que procuram conhecimentos sobre a sua própria realidade, por motivos os mais diversos: curiosidade intelectual, interesses políticos, educacionais ou, até mesmo, necessidades estéticas - a ficção, por mais criativa que seja, respalda-se no que se entende, genericamente, por conhecimento da realidade, em grande medida produzido pela ciência.

Acrescente-se, ainda, que construção do conhecimento histórico a partir da vivência, portanto do local e do presente, é a melhor forma de se superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre a pesquisa e o ensino/ divulgação; enfim, entre o saber e o fazer.

Carr, apesar de sua abordagem equilibrada/moderada para a questão da relação passado/ presente, menciona o presente em primeiro lugar. É aí o ponto de partida. Mas é aí, também, o ponto de chegada. É para onde o conhecimento produzido, após e por meio da incursão ao passado, retorna, agora, na forma de ação.

Isso posto, pode-se concluir que o elo de ligação entre a história local, ou a história, simplesmente, e a identidade social, ou o conjunto de ações humanas que a expressam é, nada mais, nada menos do que a política, entendida como a forma de agir dos seres humanos vivendo em sociedade, que é, aliás, a única forma de se existir.

Assim, chega-se à propaganda enganosa. Ninguém, muito menos um povo, pode se declarar cansado da política. Cansar da política é a mesma coisa que desistir de ser sujeito de sua própria história. Nenhum povo, nem ninguém, faz isso. Até porque, fazer história é contingência humana; e não se pode abrir mão daquilo que se é obrigado, queira ou não, a fazer. Por isso, quando um político profissional, como o da propaganda do PPB, se dá ao direito de reivindicar que o povo exerça ações eminentemente políticas: aprovar suas obras e votar nele e, ao mesmo tempo, afirma que este mesmo povo não quer saber de

política, ele realiza dois tipos de engodos: primeiro, desconhece, em seus eventuais eleitores/seguidores a condição de sujeitos (de seu pensamento e de suas ações) e segundo, se apresenta como autor individual de uma ação que é, necessariamente, coletiva: o exercício da política e, por meio deste, a construção da História. Ninguém tem o direito de decretar, para um povo todo e, muito menos, como se falasse em seu nome, o fim da história.

A identidade social, construída coletivamente, é pessoal e intransferível. É matéria prima das ações com as quais os homens constroem e transformam a história: a sua própria, a do seu local, a do mundo e, enfim, a da humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARR, Edward Hallet. *Que es la Historia?* Trad. Joaquin Romero Maura. Barcelona: Seix Barral, 1965.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores.* Trad. Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.